

A OBJETIVIDADE CONCRETO-CULTURAL: A UNIDADE

Silvia Peixoto Leão Almeida

1. *A Correspondência Entre o Ser e o Pensar — A Verdade*

Toda teoria científica se encontra imersa numa teoria geral da história, o que equivale a evocar a questão fundamental de toda filosofia sobre qual é o elemento determinante no processo do conhecimento, o espírito ou a matéria.

É preciso no entanto, esclarecer alguns pontos fundamentais, digamos, pontos de partida da gnosiologia materialista, a partir dos quais será esboçado um quadro geral da atividade científica.

Engels fez algumas indagações acerca do processo do conhecimento, o que irá delinear conforme o materialismo, o caráter dialético da Teoria do Conhecimento.

Em Ludwig Feuerbach e o fim da Filosofia Clássica Alemã (1888), Engels indaga: 1) sobre o elemento primordial determinante, se seria a natureza ou o espírito; 2) se o nosso pensamento é capaz de conhecer o mundo real; 3) se os conceitos são um reflexo correto da realidade.

Conforme a resposta obtida na primeira indagação, sobre a relação entre o Ser e o Pensar, tem-se esboçado os dois campos filosóficos (teórico-políticos) em que se biparte a história do conhecimento humano: o idealismo, para quem o espírito, a consciência são o elemento determinante, e o materialismo, para quem o Ser, a natureza, a matéria, são o elemento primordial.

A primeira indagação sobre o fundamento subjetivo ou objetivo da realidade, pode ser respondida de maneira diversa pelo idealismo ou materialismo.

A segunda indagação, o fundamento da cognoscibilidade da realidade, tem para o materialismo, respaldado na prática humana, através da qual, a natureza é cognoscível, os fenômenos apreensíveis e o homem transformável.

A terceira indagação, sobre a adequação do conhecimento à realidade, tem resposta também afirmativa no materialismo, conquanto não indique identidade entre o Ser e o Pensar, senão correspondência correta.

O pensamento que reflete a realidade não poderá ser tido como idêntico a ela, senão como verdade aproximada. Jamais o Pensar esgotaria o Ser visto que os limites da consciência não atingem a plena complexidade do movimento matéria — a realidade é devir, é vir-a-ser, e como tal, em conformidade com Lenin "...para o materialista o mundo é muito mais rico, mais vivo e mais variado do que parece, porque cada passo do desenvolvimento da ciência descobre nele novos aspectos..."¹

Necessário faz-se elucidar que, como já o fizera Lenin em 1908, "...a matéria é um conceito filosófico que serve para designar a realidade objetiva, que é dada ao homem nas suas sensações, que é copiada, fotografada, refletida pelas nossas sensações, existindo independentemente delas".²

Contra a noção positivista de identidades entre o Ser e o Pensar, o materialismo colhe em Lenin, a noção dialética da correspondência entre o pensamento e a matéria — "...a verdade objetiva (Gegensandlich Wahrheit) do pensamento não significa outra coisa senão a existência dos objetivos ("coisas em si") refletidos verdadeiramente pelo pensamento".³

No caso, caberia a indagação: Quem julgará essa objetividade? Ao que seria necessário explicitar qual seria, para o materialismo, o critério da verdade do conhecimento.

É preciosa a afirmação de Yakhot, contra a tendência subjetivista de classificar a verdade objetiva como sendo tributária só do conhecimento humano, ao explicar que, "embora não haja verdade sem o homem, o que constitui o seu conteúdo não depende do homem".⁴

De outra maneira, ainda contra a identificação entre o Ser e o Pensar, o que dilui o pressuposto materialista da objetividade da realidade exterior, Yakhot sentença "...o que existe não pode ser verdadeiro nem falso. Existe simplesmente..."⁵

1. Lenin, V.I. Op. Cit. p. 97.

2. Lenin, V.I. Id. Ibid. p. 97.

3. Lenin, V.I. Id. Ibid. p. 79.

4. Yakhot, O. *O que é o materialismo dialético*. Trad. Rosa Carrelas. Estudos cor. Biblioteca Ciências Sociais. 2 s/d. p. 301.

5. Yakhot, O. Id. Ibid. p. 30.

A confusão metafísica entre realidade e pensamento, verdade e erro, acontece devido à ausência de um critério objetivo da verdade, o que obrigaria à constante autocrítica e crítica histórica da realidade. Para o materialismo, esse critério objetivo é a prática humana.

Somente a prática social dos homens tem comprovado que a realidade é sempre mais ampla que o conhecimento, e é ainda através da mesma, que a ciência tem demonstrado simultaneamente a complexidade da realidade e a precariedade relativa do conhecimento que sobre ela se obtém.

Querer subsumir a existência objetiva da causalidade universal à interpretação subjetivista do mundo como a gênese do real, é imputar poderes mágicos à abstração humana. Abstrair é exatamente desmaterializar, já supõe a matéria, e o processo de criação não se faz mediante a abstração, senão com a prática transformadora.

A crítica ao idealismo, se se move conforme os quadros metafísicos da lógica burguesa, não superará de fato o "invólucro místico" que envolve as leis objetivas da sociedade e da natureza — a necessidade permanecerá "cega". Só se supera o idealismo com o materialismo, a necessidade com a liberdade.

A verdade é uma categoria gnosiológica — e como tal subordinada ao desenvolvimento do mundo objetivo.

A exatidão aproximada com que o mundo material é percebido, refletido ativamente pelo homem confere o alcance da unidade do materialismo dialético enquanto teoria do conhecimento e teoria da história.

O critério metafísico da verdade é abraçado por um séquito de correntes filosóficas, díspares entre si, mas todas têm em comum, a substância conservadora do idealismo e, portanto, todas também têm em comum, a dialética materialista como adversária, exatamente por ter esta um *substratum* revolucionário.

O positivismo que, por um lado, subtrai a atividade criadora humana do processo do conhecimento, reduzindo o sujeito cognoscente a mero expectador do dado, e por outro, reconhece um *anima quid* determinante e interno ao processo evolutivo do real, confunde sujeito e objeto, pensamento e realidade, diluindo a relação contraditória entre Ser e Pensar a um dos pólos, o que torna o seu critério de verdade unilateral, de fato, subjetivo, quando se funda no objetivismo.

Ora, não se pode reconhecer radicalmente a dialética, as mudanças, o devir *concordia discors* da história (sociedade/natureza) senão com uma teoria filosófica que leva em consideração os aspectos contraditórios do real, o jogo de forças que se opera na praxis social coletiva dos homens, a luta entre os interesses de classes antagônicas, contra a necessidade "cega", luta enfim, pelo desvencilhar os fenôme-

nos objetivos da natureza, decifrar-lhes a essência, domar-lhes as leis e sobre elas criar a história.

Para tal, a operação do pensamento deve seguir um caminho lógico, uma forma mentis que admita as coisas como processos, relações, totalidades dentro de totalidades, que em parte são determinadas, absolutas, e em parte, devir, movimento, relativas.

O pensamento que busca refletir o real como correspondência, como síntese precária, como exatidão aproximada, deve ser ele próprio dinâmico e reconhecer-se como processo ideal de expressão dos processos reais.

O processo dialético do conhecimento da realidade consiste em reconhecer as leis gerais de seu movimento objetivo; a sua "necessidade" na regularidade e racionalidade com que se verifica. Embora a história comporte duas ordens distintas de necessidade, duas classes diversas de leis, as da natureza e as da sociedade, o princípio do materialismo histórico-dialético elimina, enquanto Teoria geral da história, o esfacelamento do processo unitário do conhecimento, tal é o alcance e a fecundidade de seus princípios fundamentais.

A unidade fundamental da concepção dialética impede que caia no relativismo (há diferentes verdades e todas são igualmente válidas porque fazem parte do desenvolvimento da história), posto que o processo de construção da verdade forma uma unidade contraditória enquanto reflexo da prática social dos homens, também contraditória, que demarca os princípios teórico-políticos na aceitação do que é tido como verdadeiro ou não, com comprovação na e pela prática, e não pela leitura unilateral desta prática; no ecletismo para o qual nem um sistema detém a verdade absoluta; a verdade seria a aglutinação conceitual com o melhor o mais adequado o mais verdadeiro, extraído de diversas concepções de mundo. Observa-se que o processo do conhecimento e construção da verdade, não se dá mediante uma fantástica arquitetura cerebrina, que por mais coerente que seja internamente com seus próprios andaimes, não deixa de ser pensamento, idéia, subjetividade. A correspondência deve haver, além e sobretudo com a história, com a prática social dos homens, e com o posicionamento, a definição teórico-política diante da contradição sob cujo signo se desenvolve.

É cabível a afirmação leniana de que, a filosofia moderna continua tão partidária quanto há dois mil anos, e que "... as tentativas de escapar a estas correntes fundamentais da filosofia não são mais do que charlatanismo conciliador".⁶

Para a dialética marxista, reconhecer o processo da verdade como sendo simultaneamente relativo e absoluto é reconhecer simples-

6. Lenin, V.I. *Materialismo e Empiriocriticismo*, op. cit. p. 257.

mente a historicidade do real e do pensamento, do devir dos conceitos que buscam captar e refletir a essência dinâmica dos fenômenos da realidade.

A processualidade da verdade revela o seu momento absoluto enquanto responde adequadamente às situações práticas, isto é, enquanto as situações históricas permanecem essencialmente as mesmas, conservando as suas contradições básicas, enfim, o que permanece e, por outro lado se revela como relativa uma vez que do movimento das contradições irrompe-se sempre o novo, o que aponta para o futuro, o germen do devenir, e como tal, faz das definições, produtos sempre precários frente à complexidade do real.

O processo do conhecimento gera compreensões sempre aproximativas e sempre aquém do esgotamento da realidade. Caso se admitisse o contrário, cair-se-ia no idealismo — a realidade se funda e se resume na consciência.

Assim, a verdade absoluta da teoria do conhecimento materialista (adequação aproximada) não pode ser confundida com o absoluto para o dogmatismo (verdade eterna).

Vê-se assim que a teoria científica se encontra eivada de significações e interesses que ultrapassam o dado empírico, o real factual, mediante uma cosmovisão (teoria da história) que é acrescida ao mero fato objetivo.

Surge então, a necessidade de se explicitar através da concepção dialética da ciência a importância do método experimental como germen científico da concretização da unidade cultural do gênero humano.

2. O Método experimental: o germen científico...

A concepção de ciência, tal como é exposta por Gramsci, serve como crítica ao ideário positivista que se vinha avizinando ao marxismo, e substituindo a dialética da necessidade da luta, pelo caráter cientificista do "destino infalível" do socialismo, embasado na evolução material das estruturas.

O preconceito positivista de entender a ciência como "mera noção objetiva", tem como pressuposto gnosiológico, a autonomia da realidade empírica, do objeto dissociado da prática humana, qual o erro metafísico do materialismo feuerbachiano apontado por Marx, na sua primeira tese de 1845.

Lastreando os passos originais de Marx a partir da teoria das superestruturas, Gramsci expõe que a Ciência "... sempre aparece revestida de uma ideologia e, concretamente, a ciência é a união do fato

objetivo com uma hipótese, ou sistema de hipóteses que superam o mero fato objetivo".⁷

Tem-se assim a indicação da atividade histórico-superadora da Ciência: a superação do mero fato objetivo "se dá enquanto atividade técnica de operar as forças naturais na formação do momento econômico-produtivo (força propulsora prática), e enquanto elemento do conhecimento privilegiado no mundo moderno, no julgamento, formação e superação das expressões superestruturais, como força propulsora teórico-ideológica.

Delinearam-se então, os dois momentos básicos constitutivos da atividade científica: a dimensão instrumental-técnica, relacionada com a praxis produtiva e a dimensão teórico-ideológica referente ao horizonte político mediante o qual se entende a relação entre a sociedade e a natureza — a história.

Desnecessário torna-se dizer que, a unidade original do mundo humano, o ser e o pensar, é a base do nexo indissolúvel da atividade científica quanto à sua dupla dimensão, categorial-política e técnica.

A dimensão instrumental, a manifestação da natureza na apropriação prática da racionalidade da *physis* para a criação do momento material da existência humana apresenta-se "... sempre revestida de uma ideologia" — o que configura a intencionalidade política da prática científica.

"A hipótese ou sistema de hipóteses que revestem o fato objetivo" não é um componente teórico apenas da ordem da gnosiologia, uma vez que a lógica do processo do conhecimento sofre determinações político-culturais das classes sociais em confronto.

A operação racional da natureza, entendida como intervenção prática de domínio de subjugação das forças naturais a uma necessária produção da vida material do homem, foi efetivada sem precedentes, em extensão e profundidade, pelo método experimental.

O método experimental foi desenvolvido por necessidades históricas objetivas — a superação da produção feudal e expansão da relação capitalista do trabalho, a necessidades históricas subjetivas, de derrocada da cosmovisão teológico-medieval e afirmação de uma nova ordem cultural, a burguesa.

Dada a afirmação histórica da burguesia, o método experimental se tornou paradigma de ação e reflexão sobre o mundo, ou, conforme Gramsci, "... indubitavelmente, o afirmar-se do método experimental separa dois mundos da história, duas épocas, iniciando o processo de dissolução da teologia e da metafísica e o de desenvolvimento do pensamento moderno, cujo coroamento reside na filosofia da praxis".⁸

7. Gramsci, A. *A Concepção Dialética da História*. op. cit. p. 71.

8. Gramsci, A. *A Concepção Dialética da História*. op. cit. p. 171.

Gramsci considera a atividade experimental do cientista como "... o primeiro modelo de mediação dialética entre o homem e a natureza, a célula histórica elementar através da qual o homem — colocando-se em relação com a natureza por meio da tecnologia — a conhece e domina".⁹

Da afirmação supra decorrem duas questões fundamentais à compreensão da historicidade do conhecimento objetivo.

Tem-se, inicialmente que reconhecer quais sejam os indicativos teóricos da concepção de "mediação dialética", na afirmação gramsciana de que "a atividade experimental é o primeiro momento de mediação dialética entre o homem e a natureza".

"Mediação dialética" adquire textura objetiva quando se materializa na ação concreta de sujeitos históricos determinados. A prática humana de produção da existência material tem um caráter social, sendo determinada pelo conjunto das relações presentes na sociedade e pelo antagonismo da apropriação privada.

"Mediação dialética" adquire a precisão científico-materialista de intervenção planejada sobre a "necessidade", a apropriação prática da racionalidade física, o que confirma a adequada apropriação teórica de suas leis.

A segunda afirmação gramsciana de que a atividade experimental do cientista é a "célula histórica elementar", refere-se ao fato de que, enquanto conquista histórica da humanidade, se constitui no germen objetivo do reino da liberdade, e no germen subjetivo da afirmação da cosmovisão materialista-dialética.

A atividade experimental sobre a natureza é o pressuposto do pensamento científico sobre a natureza, da diferenciação qualitativa dos processos naturais.

Do mesmo parâmetro de análise decorre que, pensar a natureza de maneira improdutiva, isolada da ação do homem, configura o que Gramsci qualifica de um "nada histórico" (que não deve ser entendido como negação da realidade objetiva), senão, que é a prática humana sobre a natureza que cria a história — a apropriação e transformação dos fatos naturais, da necessidade cega, em elementos ativos do processo histórico. Assim, exemplifica Gramsci, "... a eletricidade é historicamente ativa, não como mera força natural (como descarga elétrica) e sim como um elemento de produção, objeto da propriedade privada".¹⁰

Semelhante idéia se encontra no seguinte excerto do terceiro ma-

9. Gramsci, A. *Id. Ibid.* p. 171.

10. Gramsci, A. *Id. Ibid.* p. 191.

nuscrito marxiano de 1844, no qual vê-se afirmado "...o caráter humano da natureza produzida historicamente..."¹¹

Também referência semelhante se encontra em Lenin, dada a sua afirmação de que se sabe da existência objetiva da necessidade, mesmo que esta não seja conhecida, ainda que permaneça "cega".¹²

O "nada histórico" seria correspondente à "necessidade cega", que na medida em que é conhecida, que se transforma de "coisa em si" em coisa para nós, a natureza em história, se converte na concreção da liberdade.

O horizonte do materialismo, subposto na atividade experimental ultrapassou os limites da modernidade em que foi gerado, e os limites da classe de quem foi porta-voz.

Assim, o método experimental provocou inicialmente, a possibilidade histórica da unificação cultural do gênero humano, quando se constituiu segundo Gramsci, no "...terreno sobre o qual uma unidade atingiu o máximo de extensão: ela foi o elemento do conhecimento que mais contribuiu para unificar o espírito, para fazê-la se tornar mais objetivizado e universalizado concretamente".¹³

A afirmação dialética de que o método experimental gestou inicialmente, a possibilidade do reino da liberdade e que, tendo inclusive demonstrado num ensaio histórico de unidade cultural (sob a direção política da burguesia) a possível unificação concreta do homem, "o historicismo absoluto", não deve ser confundida com a afirmação do positivismo de que a ciência *de per si* seria o caminho da libertação humana.

A superação da condição de subalternidade de determinados grupos sociais exige uma complexidade de mediações político-culturais que vão além das garantias científicas. Ou como diria Karel Kosik, "...a questão da liberdade não decorre da simples relação objetiva com a natureza".¹⁴

O processo histórico de emancipação coletiva do gênero humano tem na atividade científica, uma força propulsora na formação das premissas materiais da revolução desde que seia invertida a sua intencionalidade parcial/burguesa, numa reciprocidade de ação.

Explicita-se assim, a afirmação de Gramsci de que "...um grupo

11. Marx, K. *Manuscrito econômico filosófico*. In: *From e Conceito marxista do homem*. Trad. de Octávio Alves Filho. 8.ª Ed. Rio de Janeiro, Zahar Editores. 1983. p. 154.

12. Lenin, V.I. *Materialismo e Empiriocriticismo*. op. cit. p. 144.

13. Gramsci, A. *A Concepção Dialética da História*. op. cit. p. 170.

14. Kosik, K. *A Dialética do Concreto*. Trad. de Célia Neves e Alderico Toribio. 2.ª Ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1976. p. 204/205.

social pode apropriar-se da ciência de um outro grupo, sem aceitar a sua ideologia".¹⁵

Conforme Gramsci, "...o homem conhece objetivamente na medida em que o conhecimento é real para todo o gênero humano, historicamente unificado em um sistema cultural unitário".¹⁶

Poder-se-ia objetar se, sob a hegemonia da classe burguesa, não se teria formado também uma ordem cultural unitária e que, portanto, o conhecimento gerado sob as determinações do capitalismo não seria também concreta o universalmente objetivo.

Há de se notar que a relação antagônica entre Capital e trabalho, produção social e propriedade privada, impede que o conhecimento seja real, no sentido da elaboração prático-crítica da I Tese marxiana sobre Feuerbach, para todo o gênero humano.

O critério distinguidor dos dois tipos de unidade cultural, uma sobre a hegemonia da burguesia, a outra sobre a hegemonia do proletariado, reside no fato de que, para esta última, trata-se de criar uma unidade cultural e conservá-la com a predominância do consenso ativo mais do que pela força do Estado, enquanto que a unidade cultural formada pela burguesia, caracteriza-se como formal e abstrata e cuja dimensão de universalidade é mantida pelo Estado.

A posição antitética da função histórica da emancipação sob a hegemonia da Filosofia corresponde na expressão de Gramsci à formação "...de um bloco intelectual-moral, que torne politicamente possível um progresso intelectual de massa e não apenas de pequenos grupos de intelectuais".¹⁷

Depreende-se que a plenitude das implicações político-gnosiológicas da filosofia da Praxis encontra tradução real na concreção de sua hegemonia: a conquista da objetividade concreto-cultural.

Ao se reconhecer junto com Lukács que "...As formas de objetividade do ser social se desenvolvem à medida que surge e se explicita a praxis social, a partir do ser natural, tornando-se cada vez mais claramente sociais",¹⁸ tem-se mais uma aproximação com o pensamento gramsciano, o que se poderia deduzir a partir de uma síntese entre ambos os autores citados, que o processo de objetivação do homem assume múltiplas formas de objetividade na configuração de um determinado ser social.

A transformação material da realidade mediante o trabalho, pres-

15. Gramsci, A. *A Concepção Dialética da História*. op. cit. p. 171.

16. Gramsci, A. *Id. Ibid.* p. 170.

17. Gramsci, A. *Id. Ibid.* p. 20.

18. Lukács, G. *Os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. Trad. de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo. Livraria editora Ciências Humanas. 1979. p. 17.

supõe o ser natural para a fundação do ser social. Portanto, subjaz nitidamente o aspecto ativo da ação humana na fundação da história.

A atividade humana obedece às condições objetivamente legadas pelo passado e as determinações materiais/culturais do presente.

Sobre a totalidade concreta do conjunto social de condições e possibilidades é que se põe a conquista de novas formas de existência humana — novas formas de objetividade do ser social.

É nesse sentido que Gramsci aponta a necessidade da “luta para unificação concreta e objetivamente universal do homem” evocando o princípio teórico-prático da hegemonia na processualidade da história — fato este que remete à importância da noção dialética da previsibilidade.

3. Previsibilidade

Gramsci tece algumas considerações sobre surgimento dos conceitos de regularidade e necessidade em Marx.

Observa que para o “fundador da Filosofia da Praxis”, esta reflexão não teria derivado das Ciências Naturais, de onde decorrem as posições marcadamente positivistas, e sim, do terreno da Economia Política.

Ao se referir ao economista clássico londrino — David Ricardo (1772-1823) e à noção do automatismo do mercado econômico frente às intervenções arbitrárias (individuais ou estatais), Gramsci repete os argumentos originais expostos por Marx, na Contribuição à crítica da economia política” ao afirmar que, enquanto a Economia clássica considera o mercado determinado da livre concorrência e seu correspondente automatismo como eternos e naturais; a Crítica da Economia Política porta um novo fundamento científico, qual seja, a historicidade destes mesmos elementos.

Afirma então Gramsci que “... a Crítica analisa, de uma maneira realista, as relações de força que determina o mercado, aprofunda as suas contradições, valoriza as variabilidades relacionadas com o aparecimento de novos elementos e com a sua intensificação e apresenta a “caducidade” e a “substitutibilidade” da ciência criticada”.¹⁹

Marx revela, então, que as categorias econômicas são expressões da vida material dos homens e que se referem à uma determinada maneira histórica de produzir.

Nesse sentido é que para Filosofia da Praxis existe uma intrínseca relação entre os conceitos de necessidade histórica, regularidade e racionalidade.

19. Gramsci, A. *Id. Ibid.* p. 121.

Gramsci chama a atenção para os diferentes modos de conceber a necessidade, especialmente a distinção entre o sentido que considera “especulativo abstrato” e o sentido “histórico concreto”.

Aqui subjaz o confronto entre a visão metafísica e a visão dialética ou a distinção entre a Economia Política e a sua crítica.

As premissas da economia Crítica se fundam na possibilidade histórica (objetiva/subjetiva) da criação de uma nova ordem econômica e cultural.

A real concretude de um novo mundo, no caso, a construção do socialismo, reside num duplo movimento de mútuas determinações, a saber que “... na premissa devem estar contidas, já desenvolvidas, as condições materiais necessárias e suficientes para realização do impulso da vontade coletiva...”²⁰

Acompanhando *pari passu* o Marx do Prefácio de 1859, Gramsci esclarece que “... é evidente que desta premissa “material quantitativamente calculável, não pode ser afastado um certo nível de cultura, isto é, um conjunto de atos intelectuais, e destes (como seu produto e consequência), um certo complexo de paixões e sentimentos imprecisos, isto é, que tenham a força de induzir à ação a “todo custo”.²¹

Vê-se aqui, a superação da especulação revolucionária idealista, a quem basta o conjunto de atos intelectuais, e do materialismo positivista, para quem a garantia da revolução se limita à premissa material de uma situação dada.

Gramsci aponta que o materialismo dialético que funda a nova Ciência da História é o único caminho mediante o qual “... é possível atingir uma composição historicista (e não especulativo-abstrata) da racionalidade da história...”²²

A essencialidade política do movimento da Economia, isto é, a lei dos fatos históricos não é traduzida pelo conceito positivista da história, segundo o qual, a idéia básica do movimento histórico se assemelha à ordem natural.

Para a Filosofia da Praxis, a transposição teórica da noção econômica da previsibilidade ao movimento da praxis humana não significa que se trate de descobrir “... uma lei metafísica de determinismo, nem mesmo de estabelecer uma lei geral da causalidade”.²³

Para a concepção dialética da regularidade em acordo com Gramsci “... trata-se de compreender como se constituem no desenvolvimento histórico forças relativamente ‘permanentes’, que operam com uma certa regularidade e automatismo”.²⁴

20. Gramsci, A. *Id. Ibid.* p. 122.

21. Gramsci, A. *Id. Ibid.* p. 122.

22. Gramsci, A. *Id. Ibid.* p. 123.

23. Gramsci, A. *Id. Ibid.* p. 122.

24. Gramsci, A. *Id. Ibid.* p. 122.

Segundo o marxismo, percebe-se que a previsão científica dos fatos históricos se revela como um ato prático uma vez que "... na realidade, é possível prever cientificamente, apenas a luta, mas não os momentos concretos dela..."²⁵

Põe-se deste modo, a clara indicação do princípio ativo subposto ao materialismo histórico, isto é, a unidade da luta e da contradição no processo de objetivação do homem.

A partir do princípio teórico-prático da hegemonia e redefinido à luz do marxismo, o caráter dialético, é não determinista e automático, da relação entre estrutura e movimento histórico.

Para Gramsci, na conjuntura histórica em que se achava o movimento operário internacional no início do atual século seria precisamente este "...o ponto crucial de todas as questões nascidas em torno da Filosofia da Praxis e, sem tê-lo resolvido, é impossível resolver o outro, a saber, o das relações entre a sociedade e a natureza".²⁶

A relação de mútua determinação entre a sociedade e a natureza se funda na atividade humana. Percebe-se assim que a relação entre a estrutura material de uma formação social e as superestruturas ideológicas não se dá de maneira mecânica e justaposta. Não existe a determinação instauradora unilateral de uma sobre a outra, seja ela da ordem da Economia, como defendem os materialistas metafísicos, seja ela da ordem das superestruturas ideais, como defendem os idealistas.

A noção dialética da previsibilidade portaria o sentido de descobrir através da mediação prática, as principais linhas tendenciais do desenvolvimento histórico, ao contrário das concepções oraculares e proféticas que buscam prever magicamente os fatos históricos com uma precisão calendarial.

A crítica de Gramsci se dirige tanto ao materialismo metafísico, posto que "as forças materiais não seriam historicamente concebíveis sem forma",²⁷ quanto ao historicismo idealista, uma vez que "...as ideologias seriam fantasias individuais sem as forças materiais".²⁸

A aglutinação teórica das concepções do causalismo mecânico colhido das experiências no mundo natural e da determinação do automatismo econômico, ao deformar o caráter dialético do marxismo não poderia explicitar o movimento contraditório da história, nem a inversão da praxis.

Eis o sentido crítico da afirmação gramsciana "...o efeito, mecanicamente, jamais pode superar a causa ou o sistema de causas; por

isto, não pode haver outro desenvolvimento senão o monótono e vulgar do evolucionismo".²⁹

O caráter dialético da filosofia da Praxis mostra que um conjunto de causas poderá vir a ser superado por um conjunto de efeitos mediante o princípio da hegemonia — a criação de uma vontade concreta, isto é, fundada em condições objetivas, que se orienta teórica e politicamente, ou seja, cientificamente, para a construção da humanidade socializada.

No caso, a noção dialética da previsibilidade indica que o capitalismo se constitui em uma totalidade histórica superável mediante a ação coletiva/organizada (premissa cultural) em correspondência com as condições objetivas (premissa material) dos sujeitos submetidos.

A hegemonia da Filosofia da Praxis indica a concretização da unidade cultural do homem possível pela superação do antagonismo classista.

Deste modo, no devenir das superestruturas/estruturas e na luta pela objetivação libertária do homem, é que a Filosofia da Praxis vem rompendo o "invólucro carcomido da velha história".³⁰

A construção do que Gramsci qualifica de "universal subietivo" significa a plena correspondência com o "humanamente objetivo", a atividade humana livre.

Ao se reconhecer que "...o processo de unificação histórica ocorre com o desaparecimento das contradições internas que dilaceram a sociedade humana..."³¹ reconhece-se também que a objetivação emancipatória do homem se constrói na expansão e consolidação de um novo bloco histórico, original, o advento do reino da liberdade.

A unidade dialética entre a materialidade do mundo e o materialismo do conhecimento é a tradução da cientificidade da Filosofia da Praxis e do seu papel político: descortinar o véu nebuloso da história, ou conforme alusão ao "Capital" de Marx, "...a estrutura do processo vital da sociedade, isto é, do processo da produção material, só pode desprender-se do seu véu nebuloso e místico, no dia em que for obra de homens livremente associados, submetida a seu controle consciente e planejado".³²

A superação da necessidade configura uma nova direção ao processo de objetivação do homem: a criação da objetivação humana em condições históricas originais, sob o signo da liberdade, traduz o advento da Objetividade Concreta ou a unidade cultural do gênero humano.

25. Gramsci, A. *Id. Ibid.* p. 162.

26. Gramsci, A. *Id. Ibid.* p. 155, 156.

27. Gramsci, A. *Id. Ibid.* p. 63.

28. Gramsci, A. *A Concepção Dialética da História*. p. 63.

29. Gramsci, A. *A Concepção Dialética da História*. p. 161.

30. Gramsci, A. *Id. Ibid.* p. 178.

31. Gramsci, A. *Id. Ibid.* p. 178.

32. Marx, K. *O Capital*. op. cit. p. 88.